

RESENHAS / REVIEWS

REFORMA ADMINISTRATIVA E BUROCRACIA: IMPACTO DA EFICIÊNCIA NA CONFIGURAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

ADMINISTRATIVE REFORM AND DEMOCRACY: IMPACT OF EFFICIENCY ON
THE CONFIGURATION OF BRAZILIAN ADMINISTRATIVE LAW

Germano Matheus Codognotto da Cunha¹

NOHARA, Irene Patrícia. **Reforma administrativa e burocracia: impacto da eficiência na configuração do direito administrativo brasileiro.** São Paulo: Atlas, 2012.

A obra inicia-se abordando o tema da reforma administrativa, aonde este vem sendo debatido há tempo considerado demasiado, sendo apresentado logo de início, que somente no Brasil já se é discutido tal tema desde a década de 1930, com a criação de órgãos como o Conselho Federal de Serviço Público Civil. Tivemos também na década de 1990 o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, que objetivava modernizar as práticas administrativas do Estado.

O livro, de um modo geral, teve como intuito analisar o impacto da Reforma Administrativa na burocracia, partindo da visão das transformações que foram provocadas no Direito Administrativo brasileiro pelo discurso gerencial da eficiência, possuindo como destaque não somente o Plano Diretor de 1990, como também a Emenda Constitucional nº 19/1998, responsável por parte das modificações batalhadas.

Foi abordado ainda, o movimento da reforma durante o

¹ Graduando em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Pesquisador bolsista de Iniciação científica do CNPq. E-mail: germanocodognotto@gmail.com

segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, pois o governo findou os mais diversos projetos infraconstitucionais reformistas. Teve-se a demonstração de um balanço refrente as mudanças que surgiram, baseando-se com a receptividade que estas obtiveram do Poder Judiciário, além das transformações ocorridas no Direito Administrativo brasileiro.

Mostrou-se notório a situação em que o modelo gerencial buscou eliminar a barreira existente entre o direito público e o privado, tendo como objetivo a substituição da prestação de contas, tendo como base, regras inspiradas no empenho da Administração Pública. Tudo de acordo com as propostas evolucionárias do Direito Administrativo.

Tal abordagem buscou ter sua realização pautando-se no ricamente variado ambiente cultural existente em nossa nação, prescindindo-se da errônea ideia de que nosso ordenamento somente demonstraria significativo avanço caso importasse soluções, haja vista que estas por muito tempo foram tidas como superiores as nossas.

Pensando nisso teve-se pensadores que correlacionaram à crise existente no poder público com as especificidades do processo de formação do Estado brasileiro junto às tensões internas do modelo impregnado nos pilares de nossa história. De tal modo deu-se a análise do padrão de expansão e do *modus operandi* que ao apresentaram suas irracionalidades e ineficiências.

De modo preliminar tivemos uma análise histórica referente à burocracia existente em nosso país, com o melhor intuito de entender o ponto que causou o erro que reflete suas consequências nos dias atuais, afinal, foi este que acarretou a crise apresentada. A análise realizada obteve resultados que chegaram até a república Velha, momento em que imperava o coronelismo. O momento que se deu a seguir representou a

reação decadencial poder privado perante o constante avanço do direito do sufrágio.

A partir da criação do Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), tivemos uma tentativa de substituir o patrimonialismo pelo modelo burocrático, afinal de contas, no pós década de 1930 nosso país passou por um impulso da industrialização crescente, tendo como consequência a redução significativa de profissionalização do funcionalismo e da racionalização da gestão pública.

A reforma que ocorreu no final da década de 1960 foi considerada como uma das mais paradoxais, pois se teve o aval dos militares para que desse a propagação de ideários privatizantes, enquanto em contrapartida teve-se o início das ideias gerenciais.

As práticas do ideário gerencial somente ocorreram rentes à mudança ocorrida na política econômica do governo, onde se buscava o ajuste fiscal para proporcionar o tão sonhado controle inflacionário, sendo que tal situação somente se deu possível a partir da década de 1980 no Brasil, com o Programa Nacional de Desburocratização, embora somente tenha assumido a feição esperada com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

As noções centrais do Plano Diretor se mostrou mais forte na década de 1990, mesmo com a ocorrência de conflitos entre a racionalidade do modelo gerencial e o regime administrativo da Constituição Federal de 1988. O livro trouxe também uma análise do discurso oficial, baseando-se na crítica de conceitos considerados dotados de demasiada importância, como por exemplo, as noções de flexibilização dos controles e de qualidade dos serviços.

Tivemos ainda uma análise referenciada de acordo com Zygmund Bauman e Lipovetsky sobre as noções de cidadão-cliente,

que foram consideradas como sintomas resultantes da pós-modernidade, entendendo então que a noção existente de libertação do indivíduo do racionalismo alienante dos esquemas modernos burocráticos, não permitiu o desenvolver do homem solidário. O que se acabou tendo foi a formação de um ser competitivo e destrutivo em relação aos seus semelhantes e inferiores.

Pode-se considerar que a obra apresentada teve como intuito demonstrar como se faz fundamental a existência de todo um planejamento e de como será efetivada as modificações na Administração Pública, para simplesmente buscar impedir a formação de possíveis rupturas nos pilares fundamentais para mantê-la em funcionamento, induzindo, deste modo, a um significado de eficiência e sustentabilidade.